

A Descentralização e as Tecnologias de Informação e Comunicação

ticapp.gov.pt

Elaborado para:

Comissão Independente para Descentralização

Julho de 2019

Índice

1.	Introdução.....	3
2.	Desafios.....	3
3.	Soluções.....	4
4.	Resumo.....	5
4.1.	Auntenticação.GOV.....	5
4.2.	iAP (https://www.iap.gov.pt/).....	6
4.3.	Dados.gov+ (https://dados.gov.pt/pt/).....	7
4.4.	TicAPP (https://ticapp.gov.pt/).....	8

1. Introdução

Em paralelo com um processo de descentralização de competências, é essencial ocorrer também a transferência ou providência de meios técnicos que suportem essas competências.


Nesse sentido, este relatório foi redigido com o objetivo de fornecer um conjunto de recomendações na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que possam ser tomadas em conta como referências nas iniciativas futuras de desconcentração da localização de entidades e serviços públicos.

2. Desafios

Um processo de descentralização de competências enfrenta muitos desafios, mas também oportunidades de melhoria na prestação de serviços aos cidadãos e empresas.

Ao invés de ser uma mera transferência de burocracia, o processo de descentralização pode oferecer um conjunto de oportunidades para a simplificação, para a digitalização ou desmaterialização, e para a otimização da eficiência dos serviços públicos.

Enumeramos alguns desafios e oportunidades que consideramos mais relevantes no domínio das TIC:

Categorização	Desafio / Oportunidade
social	
	Agilização da prestação de serviços públicos - resultante de maior proximidade e autonomia.
	Possibilidade de maior responsabilização
	Consolidação de soluções de sistemas informação
	Uniformização de processos

Maior economia de meios

Desigualdades, desajustamentos e descoordenações no processo

Capacidade de decisão

Conflito de interesses

Iliteracia digital

Maiores gastos financeiros

Visão Individualista



3. Soluções

Olhando para os desafios mencionados no quadro anterior, o sucesso do processo de descentralização, no que se refere aos meios técnicos, depende em grande parte da aplicação dos seguintes princípios TI:

1. Alinhamento com a visão estratégica das TIC para a Administração Pública Portuguesa, com maior enfoque nos eixos referentes à integração e interoperabilidade entre os diferentes sistemas da AP e na partilha de recursos.
2. Criação de condições essenciais para Interoperabilidade entre os diferentes serviços públicos e os seus sistemas.
3. Disponibilização, num único catálogo, os serviços que são disponibilizados de forma descentralizada.
4. Utilização de arquiteturas de referência de soluções já existentes que permitam potencializar a reutilização dos seus componentes e reduzir custos associados à duplicação de funções.
5. Monitorização da aplicação das práticas arquiteturais e de segurança.
6. Criação de infraestruturas "Cloud Based".

7. Divulgação em continuidade de boas práticas de implementação, manutenção e gestão das TIC.
8. Promoção de transparência e partilha de dados abertos.

4. Resumo

A maioria dos princípios, enumerados no ponto anterior, encontram-se detalhados na atual estratégia TIC 2020, a qual pode ser consultada em maior detalhe no portal TIC na Administração Pública (<https://tic.gov.pt/>).

A AMA, I.P., como membro dirigente do Comité Técnico, disponibiliza um conjunto de plataformas TIC e outros recursos relacionados com a implementação da Estratégia de Transformação Digital da Administração Pública.

Entre as várias plataformas e recursos já disponíveis, destacamos os seguintes:

4.1. Autenticação.GOV

O Autenticação Gov é um conjunto de soluções de autenticação que visam garantir a segurança, física e eletrónica, reduzindo os riscos de fraude e preservando os direitos de confidencialidade e privacidade dos dados pessoais.

Solução	Descrição
Cartão de Cidadão	Para além de ser o documento de identificação oficial do Cidadão e de combinar vários documentos num só: identificação civil, identificação fiscal, segurança social e de utente de saúde. Permite também a autenticação eletrónica junto dos organismos, públicos e privados, e a assinatura eletrónica via certificados.
Chave Móvel Digital	A Chave Móvel Digital é uma forma simples e segura de autenticação em vários sites

públicos e privados, apenas com um número de telemóvel e um PIN de 4 dígitos. A sua ativação é importante, uma vez que praticamente todos os sites que disponibilizam serviços públicos (incluindo o ePortugal) adotam este novo sistema de autenticação.

Sistema de Certificação de Atributos Profissionais	Tendo por base mecanismos de autenticação e assinatura eletrónica, como o Cartão de Cidadão, o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais permite a autenticação e assinatura na qualidade profissional (e.g., funcionário público, arquiteto, engenheiro técnico, etc).
--	--

Como objetivos principais destacam-se a simplificação, a segurança, e o desenvolvimento de serviços eletrónicos eficientes, racionais, e em conformidade com os requisitos da União Europeia.

No Autenticação Gov verificam-se os princípios 2, 4 e 5.

4.2. iAP (<https://www.iap.gov.pt/>)

É uma ferramenta potenciadora da interoperabilidade que compreende essencialmente num conjunto de 3 macro serviços:



Plataforma	Descrição
Plataforma de integração	Permite a integração dos sistemas de informação das entidades aderentes através de uma arquitetura orientada a serviços, abordando as componentes técnica e semântica da interoperabilidade.

Plataforma de pagamentos da administração pública	Disponibiliza aos sistemas de informação da AP múltiplos métodos de pagamento para os diferentes canais de atendimento, com gestão, controlo e monitorização integrada.
Gateway de SMS da administração pública	Permite a receção e envio de SMS entre a administração pública e o cidadão, suportando serviços transacionais (RELEITORAL e SMSREBOQUE) e serviços informativos como as notificações do e-agenda para os cidadãos.

Esta plataforma aplica os princípios 2, 3 e 4 referidos no Cap. 3.

4.3. Dados.gov+ (<https://dados.gov.pt/pt/>)

No âmbito do **princípio 8**, a AMA disponibiliza um portal de acesso online ao repositório dos dados abertos disponibilizados pelas várias instituições da Administração Pública, onde é possível:



- Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP;
- Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos;

É desenvolvido e gerido pela Agência para a Modernização Administrativa, IP (AMA), e baseia-se na plataforma udata, um produto criado pelo Etalab, uma estrutura de missão da Administração Pública francesa, e que é desenvolvido e disponibilizado numa lógica open source.

No contexto de dados, e da mesma forma que a iAP proporciona uma forma de aplicações diferentes comunicarem entre si, ao disponibilizar serviços, também a parte analítica é fundamental, quer para a monitorização e gestão dos processos, como para o cumprimento de obrigações de informação ao cidadão.

Assim, é fundamental criar e manter uma taxonomia dos temas estratégicos, de forma a que, ao descentralizar, se mantenha a capacidade ter uma visão holística dos assuntos, ao mesmo tempo que se tira partido que alavancam os benefícios da descentralização, como por exemplo, estimular a economia ao nível regional, na medida em que os agentes económicos podem utilizar os dados abertos para a criação de novos processos de negócio ou otimização de processos existentes.

4.4. TicAPP (<https://ticapp.gov.pt/>)

Em Janeiro de 2019, foi constituída a Equipa do Centro de Competências Digitais da AP (TicAPP), uma unidade orgânica da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), tendo como missão apoiar as diferentes áreas governativas, no seu processo de transformação digital, através de recursos humanos especializados em tecnologias emergentes neste domínio.



Desde essa data, tem vindo a desenvolver projetos, de forma transversal à Administração Pública, com vista a apoiar as diferentes áreas governativas na conceção de soluções e contratação de serviços externos nas áreas das tecnologias de informação e comunicação, com os correspondentes ganhos em eficiência e eficácia.

São as suas principais áreas de atuação: Arquiteturas Empresariais (**Princípio 4**), Transformação Digital e Ciência dos Dados. Dentro destas áreas de atuação, colaboram com entidades da AP no apoio à definição de arquitetura de SI, conceção e validação de soluções (**Princípios 5, 6 e 7**) que permitam melhorar os serviços públicos do ponto de vista do cidadão e empresas e também do ponto de vista de eficiência operacional dos organismos públicos, garantindo o alinhamento destas soluções com a estratégia TIC da administração Pública Portuguesa (**Princípio 1**).